



## CONTABILIDADE AMBIENTAL: uma revisão de conceitos

### Área: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

NAUJACK, Jakeline

FERREIRA, Josleimara Luzia

STELA, Eder Rogério

#### Resumo:

As questões ambientais são cada dia mais presente no nosso dia a dia, e isso faz com que os contadores, empresários e a sociedade tratem a contabilidade ambiental nos sistemas de gestão e controle contábil. Com a globalização e o mercado mais competitivo, a sociedade em geral cobra cada vez que as empresas sejam mais responsáveis como o meio ambiente. E com isso elas têm um desafio maior, fazer com que o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente se integrem dentro da organização. Daí o papel fundamental da Contabilidade, fazer com que a empresa consiga manter uma gestão adequada quanto a gerenciamento e a legislação vigente no país. O presente artigo tem como objetivo efetuar uma revisão bibliográfica sobre a temática de contabilidade ambiental focando nos conceitos aplicados a área tendo em vista que a literatura sobre o assunto ainda é embrionária e escassa.

**Palavras-chave:** Contabilidade Ambiental. Conceitos Ambientais.

### 1. INTRODUÇÃO

Esse artigo tem a proposta de apresentar conceitos referente contabilidade ambiental, visto que existem poucas publicações sobre o assunto. Como estamos tratando de um assunto novo e em constante evidencia, já que a sociedade cobra cada vez mais uma atitude sócio ambiental correta por parte das empresas. A contabilidade ambiental tem como função chamar atenção dos administradores e dos parceiros para as formas de reproduzir ou evitar custos e também melhorar a qualidade do meio ambiente.

Os problemas ambientais tornaram-se, nos últimos tempos, tema de grande preocupação e discussão na sociedade, tendo em vista os acontecimentos climáticos que vêm ocorrendo devido ao desequilíbrio ecológico e ambiental. Em conseqüência a isso vêm ocorrendo fenômenos naturais, como tsunamis, terremotos, altas radiações solares, estações



descoordenadas. Enfim, é a exploração desordenada na natureza, não só pelo homem em si, mas também pelas organizações empresariais, que hoje usa recursos avançados e perigosos a natureza.

Pensando nisso, em 1992, foi realizado no Rio de Janeiro a ECO 92 ou United Nations Conference on Environment and Development (Unced), que estabeleceu entre os países participantes um comprometimento maior com o meio ambiente. O documento produzido, conhecido como agenda 21, é composto de 4 partes e 40 capítulos divididos por temas, sendo ainda usado como base nas leis e planos de governos ao redor do mundo em favor do meio ambiente. Logo após a ECO 92, no ano de 1997, no Japão, os países assinaram o Protocolo de Quioto, através do qual foram estabelecidas metas para redução de emissão de gases poluentes, mas ele esbarrou nas necessidades dos países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos, devido aos altos custos, e também na necessidade de mudança na cultura de desenvolvimento econômico.

Assim, hoje, governo, associações e grandes empresas investem em campanhas para a preservação da natureza. A contabilidade, sendo uma ciência que permite, através de suas técnicas de auditoria, lançamentos, registros e análises, manter um controle permanente do patrimônio das empresas, vem comprometendo-se em assumir responsabilidades concernentes a tratar de assuntos ambientais, já que este também faz parte do patrimônio empresarial.

Esta preservação, além de ser um benefício para a empresa e para a sociedade, afeta seus ganhos e investimentos, muitas vezes gerando passivos ambientais, que quer dizer o compromisso que a empresa tem com terceiros. Verifica-se danos causados antes das instalações dos sistemas de controle de impacto ambiental causaram grande prejuízo ecológico e à sociedade.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 CONTABILIDADE AMBIENTAL**



Conforme o Novo Guia IOB de Contabilidade (2004), diz que contabilidade, “É uma ciência social que estuda e pratica as funções de controle e de registro relativas aos atos e fatos da administração e da economia”. Ela permite o controle da movimentação do patrimônio da empresa e suas principais atribuições são: registrar, organizar, demonstrar, analisar e acompanhar. Assim, ela fornece o máximo de informações que poderão servir para a tomada de decisões dentro da organização.

Desde o começo do século XXI, o mundo vem passando por inúmeras variações do meio ambiente: vulcões, terremotos, tsunamis, frio e calor intenso, dentre outras. A sociedade empresarial tomou consciência de que não deve somente se preocupar com a evidência produtiva, mas que deve também se preocupar com a preservação ambiental. Mas isso não é somente responsabilidade da sociedade, como também é dos governos. As organizações precisam reorganizar suas estratégias para introduzir a variante ecológica no processo da empresa. O controle de recursos naturais, o tratamento e a preservação ambiental, controle de emissão de poluentes, a destinação do lixo e o desmatamento têm sido considerados obrigações das empresas, principalmente das indústrias.

Segundo Wernke (2000, p.44), “quando se pensa em qualidade de meio ambiente, deve se levar em consideração pontos como a proteção dos consumidores e o desenvolvimento sustentável. Com vista a assegurar a sustentabilidade, as empresas buscam implementar mecanismos de gestão ambiental”. Defender o meio ambiente não é mais um assunto para ecologistas, mas passou a ser de interesse empresarial, por isso as organizações estão procurando mudar sua teoria sobre satisfação do consumidor e procurando melhorar a vida da sociedade.

Para Zanluca (2011), “contabilidade é o registro do patrimônio ambiental (bens direitos e obrigações ambientais) de determinada entidade e suas respectivas mutações – expressos monetariamente”.

A contabilidade não vai resolver os problemas ambientais, mas tem a capacidade de fornecer informações que podem ajudar na procura de soluções. A contabilidade ambiental é aplicada em todas as fases do empreendimento e suas aplicações podem ser divididas da seguinte forma: preventivas, corretivas, de remedição e proativos.



Para Herckert (2005), “o contador é um elemento chave para a ligação entre a empresa e o meio ambiente”. Cabe a ele, criar modelos contábeis para a gestão empresarial com visão na harmonia do desenvolvimento da empresa como célula social, de forma que não prejudique a natureza, que as gerações futuras possam desfrutar com responsabilidade os benefícios dessa herança. Segundo o autor, “a contabilidade não pode ficar limitada à escrituração e à mensuração quantitativa do patrimônio da empresa. Ela deve estar aberta à evolução tecnológica e às mudanças rápidas do mundo moderno, bem como deve estar presente na luta pela preservação ambiental natural, criando modelos eficazes e orientando o empresário na aplicação destes modelos para satisfazer as necessidades da riqueza/da empresa com eficácia e também satisfazer eficazmente as necessidades do meio natural”.

## 2.2 PASSIVO AMBIENTAL

Cada vez o termo “Passivo Ambiental” é mais significativo no cenário mundial; o assunto ganha cada vez mais dimensões sociais, econômicas e jurídicas. A correta classificação do passivo ambiental serve para saber a situação social e econômica da empresa. O Passivo Ambiental representa os danos causados ao meio ambiente e representa as obrigações de curto e longo prazo dos investimentos usados para amenizar ou extinguir os danos causados ao meio ambiente.

Os Passivos Ambientais, conforme Ribeiro & Gratão (2000), “ficaram amplamente conhecidos pela sua conotação mais negativa, ou seja, as empresas que o possuem agrediram significativamente o meio ambiente e, dessa forma, têm que pagar vultosas quantias a título de indenização de terceiros, de multas e para a recuperação de áreas danificadas”.

Segundo Leite (2011), “O passivo ambiental corresponde ao investimento que uma empresa deve fazer para que possa corrigir os impactos ambientais adversos gerados em decorrência de suas atividades e que não tenham sido controlados ao longo dos anos de suas operações”.

Podemos definir, de uma forma geral, como obrigações que a empresa adquire em decorrência de ações que degradam e provocam danos ao meio ambiente.



Já para Faria (2011), “passivo ambiental pode ser definido como qualquer obrigação da empresa relativa aos danos ambientais causados por ela, uma vez que a empresa é a responsável pelas conseqüências destes danos na sociedade e no meio ambiente”. As empresas, muitas vezes pelos ramos de atividade, causam mal à saúde da população que vive nas redondezas da sua localização. Moralmente e eticamente, a empresa deveria arcar com os custos de tratamento destas pessoas, mas acaba transferindo para o poder público essa obrigação, achando essa atitude justa.

Jacometo (2011) define-o como “o conjunto de dívidas reais ou potenciais que o homem, a empresa ou a propriedade possui com relação à natureza por estar em desconformidade com a legislação ou procedimentos ambientais propostos”.

Passivos ambientais referem-se, segundo Martins & De Luca (1994; p.27), a benefícios econômicos, que serão sacrificados em função de obrigações contraídas perante terceiros, para preservação e proteção ao meio ambiente. Têm origem em gastos relativos ao meio ambiente, que podem se constituir em despesas do período atual ou anteriores, aquisição de bens permanentes, ou na existência de riscos de esses gastos virem a se efetivar (contingências).

O IBRACON Instituto Brasileiro dos Contadores (1995) trata o passivo ambiental como: “toda a agressão que se pratica ou praticou contra o meio ambiente. Consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial. Uma empresa tem passivo ambiental quando ela agride de algum modo ou ação o meio ambiente e não dispõe nenhum projeto para sua recuperação aprovado oficialmente ou de sua própria decisão”.

Conforme foi explicado no XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, em 2002, para fazer um levantamento do passivo ambiental, o gerenciamento ambiental industrial é uma integração de sistemas e programas organizacionais que permitam:

- o controle e a redução dos impactos no meio ambiente;
- o cumprimento de leis e normas ambientais;



- o desenvolvimento e uso de tecnologias ambientais que eliminam resíduos nas Indústrias, bem como a diminuição com os gastos de energia e materiais;
- a avaliação dos processos e parâmetros ambientais;
- a eliminação ou redução dos riscos ao meio ambiente e ao homem;
- um melhor relacionamento entre a comunidade e o governo;
- a antecipação de questões ambientais que evitam danos ao meio ambiente e, particularmente, à saúde humana.

## 2.3 ATIVO AMBIENTAL

O Ativo Ambiental é representado pelas aquisições, como estoques de insumos, peças/acessórios, quanto estes são utilizados para eliminar ou reduzir os impactos negativos ao meio ambiente. Temos os investimentos em máquinas e equipamentos, instalações, gastos com pesquisa e mão-de-obra especializada, que podem ser investimentos a curto ou longo prazo, com a intenção de minimizar ou eliminar os impactos causados ao meio ambiente.

Ativos Ambientais são os bens adquiridos pela companhia que têm como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente. Neste sentido, Ribeiro & Gratão (2000; p.4) dizem que recebem tal classificação parte dos estoques, especificamente aqueles destinados à finalidade referida. Tais estoques podem compostos por insumos, principalmente pelos que serão utilizados diretamente no processo produtivo, para eliminar, durante os procedimentos operacionais, o surgimento de poluição, como as águas, os gases, os resíduos sólidos que serão depositos, de alguma forma, no meio ambiente natural.

De acordo com o IBRACON – NPA 11 – compõem o ativo ambiental: “o imobilizado no que se refere aos equipamentos adquiridos, visando à eliminação ou redução de agentes poluentes, com vida útil superior a um ano; e os gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias a médio e longo prazos, constituindo, a rigor, valores integrantes do ativo diferido (se envolverem benefícios e ação que se reflitam por exercícios futuros). Também integram o ativo ambiental os estoques, quando relacionados com insumos do processo de eliminação



dos níveis de poluição; componentes representados por empregos e impostos gerados; e obras de infra estrutura local, escolas, creches, áreas verdes e ajardinadas, que busquem o desenvolvimento e a valorização da região e que, eliminando o passivo ambiental, a empresa produz ativo no local”.

Os ativos ambientais, de acordo com Ribeiro (1998, p. 57 apud NUNES, 2006, p.20), “são recursos econômicos controlados por uma entidade, como resultado de transações ou eventos passados, dos quais se espera obter benefícios econômicos futuros, e que tenham por finalidade o controle, preservação e recuperação do meio ambiente”.

## 2.4 CUSTOS AMBIENTAIS

As empresas que estão se adequando ao novo conceito de preservação ambiental e que estão procurando uma política de qualidade na sua organização devem ter em mente os custos ambientais gerados, destacando-os com os demais custos de fabricação.

Para Sá, (2002 p. 8), de nada adianta figurar os custos ambientais nos demonstrativos contábeis se não houver uma conscientização da necessidade do cuidado com o ambiente natural.

Já Ribeiro, Gonçalves e Lima (2002, p.05) dizem que custos ambientais são o consumo de recursos ocorridos na área de produção, mas voltados especificamente ao controle e preservação ambiental, tais como todos os insumos inseridos no processo operacional que tenham por objetivo a eliminação ou redução dos poluentes.

Os produtos, em sua maioria, usam produtos tóxicos na sua fabricação ou emitem poluentes no ar, por isso as fábricas que hoje estão investindo no meio ambiente já estão colocando filtros em suas empresas, tentando poluir menos e degradar menos a natureza. É certo que a empresa tem que investir em equipamentos menos poluidores.

Foi criado o ABC (custo baseado em atividades) para ajudar no gerenciamento dos custos ambientais, ajudar a melhorar a apropriação dos custos aos produtos e ajudar a analisar



as atividades e processos, dando uma visão mais clara da economia interna e externa da empresa.

Os custos podem ser identificados em depreciações, aquisição de insumos para controle de poluentes, tratamento de resíduos de produtos, disposição de resíduos e restauração ambiental.

## 2.5 DESPESAS AMBIENTAIS

Segundo Tinoco & Kaemer (2004), a receita ambiental decorre de prestação de serviços especializados em gestão ambiental, venda de produtos elaborados de sobras de insumos ou de reciclados, aproveitamento de gases e calor, redução do consumo de energia e água.

O objetivo da implantação das receitas ambientais não é gerar lucro, e sim ter um controle responsável de produção. Mas nada impede que a empresa tenha um proveito econômico com sua utilização. Como exemplo, a empresa pode aproveitar os restos de produtos e embalagens para vender, como reciclados, gerando, assim, uma receita extra.

## 2.6 AUDITORIA AMBIENTAL

A auditoria ambiental é um ramo da contabilidade muito abrangente; como todos os tipos de auditoria, esta também deve ser independente, sistemática, periódica, documentada e objetiva. Os profissionais dessa área, além do conhecimento em contabilidade, deverão conhecer também sobre biologia, engenharia e equipamentos.

A auditoria ambiental pode contribuir para a diminuição de impactos ambientais e contribuir para o processo da busca da qualidade ambiental, bem como prevenir acidentes ambientais, dentre outras vantagens.

De acordo com a NBR ISO 14010 (ABNT 1995), "a auditoria ambiental é o processo sistemático e documentado de verificação, executado para obter e avaliar, de forma objetiva,





evidências de auditoria para determinar se as atividades, eventos, sistema de gestão e condições ambientais específicas ou informações estão relacionados com os critérios de auditoria, e para comunicar os resultados deste processo ao cliente”.

A auditoria ambiental consiste no sistema de análise e avaliação das condições gerais de uma determinada empresa em relação às questões de poluição, legislação e relacionamento da empresa com a comunidade. A auditoria ambiental tem como objetivo específico fornecer dados dessa avaliação para que possa ajudar no gerenciamento das ações de controle ambiental na empresa.

Assim, Jones (1997, p. 1) afirma que:

“não existe definição universalmente aceita de auditoria ambiental. A atividade, portanto, significa coisas diferentes para pessoas diferentes, existindo considerável confusão acerca do seu relacionamento com tópicos como avaliação ambiental, avaliação de impacto ambiental, análise ambiental, análise do ciclo de vida e rotulagem ambiental. Toda essa confusão é desnecessária, no entanto, se nos lembrarmos que auditoria ambiental é simplesmente outro processo de verificação concebido para confirmar se as diretrizes de uma empresa em relação ao meio ambiente, e todos os procedimentos e regulamentos aplicáveis são cumpridos [...]”.

### 3. METODOLOGIA

Este artigo é desenvolvido através de pesquisa bibliográfica que de acordo com, Thiollent 2008 p. 28, “a metodologia consiste em analisar as características dos vários métodos disponíveis, avaliar suas capacidades, potencialidades, limitações ou distorções e criticar os pressupostos ou as implicações de sua utilização”, com isso é uma pesquisa aplicada, afim de, aumentando o conhecimento sobre contabilidade ambiental sobre um assunto específico e definido anteriormente, dos conhecimentos decorrentes de pesquisa básica.

Descritiva, pois, é uma revisão bibliográfica para melhor entendimento do ponto de vista dos autores em relação ao assunto, e qualitativa, pois não requer o uso de métodos estatísticos, envolvendo conhecimento bibliográfico, por meio de mídias, sobretudo a internet. Utilizando percepção e entendimento sobre a questão abordada com citações de autores sobre



contabilidade ambiental. Oferecendo referencial para prática conceitual a estudantes e profissionais.

## 5. CONCLUSÕES

Contabilidade na área ambiental ainda é um assunto novo e não tem tido a mesma atenção como outras áreas. Nesse artigo foram levantados vários conceitos de autores diferentes, e chegamos à conclusão de que é cada vez mais crescente a necessidade das empresas se adequarem às novas exigências legais e sociais quanto à preservação do meio ambiente, cobradas pela sociedade, governos, investidores. A legislação está cada vez mais rígida, impondo aos infratores a encarar com mais seriedade e responsabilidade a preservação do meio ambiente. Com isso o profissional de contabilidade tem papel fundamental nessa nova forma de gestão de recursos, cabe a ele orientar seus clientes de qual o melhor método para atingir o objetivo de reduzir o impacto ambiental e ao mesmo tempo atendendo as normas contábeis.

A contabilidade ambiental ainda é um assunto a ser bastante explorado, verificamos que os autores, de modo geral, têm opiniões parecidas, a aplicabilidade destes conceitos nas demonstrações contábeis se faz ainda de modo tímido, somente as empresas listadas em bolsa de valores apresentam em suas notas explicativas algumas informações sobre a questão ambiental.

A competitividade ajudou para que as empresas começassem a adotar as demonstrações ambientais, pois assim os interessados têm acesso às informações sobre a evolução dos investimentos e a capacidade de arcar com possíveis contingências.

O profissional que se interessar nessa área, poderá contribuir imensamente na empresa que trabalha, pois o tema é atual e existe uma grande necessidade de pessoal capacitado. Pois a história vem mostrando que a empresa deve mudar seu comportamento diante das novas exigências. E o papel fundamental da contabilidade ambiental é incentivar a empresa a evidenciar os valores ambientais de forma precisa com o objetivo de preservação do meio



ambiente, pois isso trás na pratica retorno imediato, pois além de tudo, e um importante instrumento de marketing.

Os autores salientam ainda que adoção da contabilidade ambiental pode ser preventiva, corretiva de remedição e proativa. Podendo evitar grandes impactos financeiros causados pela geração de passivos ambientais.

Com a importância da preservação ambiental, com a pressão da sociedade, os estudos estão sendo cada vez maiores, como exemplo temos o passivo ambiental onde existem muitas duvidas quanto a mensuração de valores, abrindo assim espaço para novos estudos para trabalhos acadêmicos e novas edições atualizadas.

## 6. REFERÊNCIAS

FARIA, Caroline. **Passivo Ambiental**. Disponível em:

<<http://www.infoescola.com/ecologia/passivo-ambiental/>> Acesso em: 05 maio 2011.

HERCKERT, Werno. **Patrimônio e o Entorno Meio Ambiental Natural**. Disponível em:

<[www.gestaoambiental.com.br/articles.php](http://www.gestaoambiental.com.br/articles.php)> Acesso em: 05 maio 2011.

IBRACON – Instituto Brasileiro dos Contadores. São Paulo, set. 1995. **Norma de Procedimento de Auditoria NPA 11 - NBR isso 14010**. Disponível em: <<http://www.facape.br/socrates/Trabalhos/Auditoria%20Ambiental.htm>> Acesso em: 11 maio 2011.

JACOMETO, Márcia A. **Velhas Práticas – Passivo Ambiental: conceito ambiental** Disponível em: <<http://www.mail-archive.com/civil@grupos.com.br/msg00266.html>> Acesso em: 11 maio 2011.

JONES, David G. **Auditoria Ambiental**. Rio de Janeiro: UERJ (PROENCO), 1997.

LEITE, Mauro. **Passivo Ambiental**. Disponível em:

<http://www.marsh.com.br/auto.cfm?myurl=marsh/Passivo%20Ambiental.cfm>> Acesso em: 05 maio 2011.

MARTINS, Eliseu & DE LUCA, Márcia M. **Ecologia via contabilidade**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: ano 23, nº 86, p.20-29, mar.1994.

**NOVO GUIA IOB DE CONTABILIDADE: Volume 1**. Atualização 7. São Paulo: IOB – Informações Objetivas Publicações Jurídicas LTDA, 2004.



NUNES, João Paulo de Oliveira. **A Contabilidade Ambiental como forma de Gestão: estudo de custo em um hospital**. Trabalho de conclusão de curso (Análise de sustentabilidade ambiental: um estudo de caso na Vonpar Refresco S.A.), 2006. Disponível em: <<http://www.nemac.ufsc.br/visualizar/contabauditambiental.pdf>> Acesso em: 05 maio 2011

RIBEIRO, M. de S. & GRATÃO, A. D. **Custos ambientais – o caso das empresas distribuidoras de combustíveis**. In CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS Anais... 7. Recife: UFPe, 2000.

RIBEIRO, M. de S. GONÇALVES & LIMA, R. C. M. **Aspectos de Contabilização do Passivo e Ativo Ambientais nas Termelétricas Brasileiras**. Revista de Contabilidade (Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo). São Paulo: ano VI, nº .20, p.04-12, jun.2002.

SÁ, Antonio Lopes de. **Progresso no Campo da Contabilidade Aplicada aos Fatos do Ambiente Natural**. Revista Pensar Contábil (Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: nº 17, p 4-8, ago/out 2002.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 132 p. ISBN 85-249-1170-0.

TINOCO, J. E. P. & KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

WERNKE, Rodney. **Custos Ambientais: Uma Abordagem Teórica com Ênfase na Obtenção de Vantagem Competitiva**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: ano 29, nº, 123, p 44-51, maio/jun 2000.

XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção Curitiba-PR, 23 a 25 de outubro de 2002. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002\\_TR100\\_1263.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR100_1263.pdf)> acesso em: 05 maio 2011.

ZANLUCA, Julio César. **O que é Contabilidade Ambiental?** Disponível em <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeambiental.htm>> Acesso em: 11 maio 2011.

NOVO GUIA IOB DE CONTABILIDADE: Volume 1 .Atualização 7. São Paulo: IOB – Informações Objetivas Publicações Jurídicas LTDA, 2004.